

Estados não chegam a acordo sobre dívidas

JORNAL DO BRASIL

04 SET 1991

Públicas

BRÁSILIA — Depois de dois dias de reuniões para discutir a renegociação das dívidas dos estados, os secretários de Fazenda não conseguiram superar as divergências sobre a formação do fundo que financiará a rolagem do débito de US\$ 57 bilhões com a União. "O fundo só interessa ao governo federal, já que ele juntaria cerca de US\$ 7 bilhões no caixa da União", sentenciou o secretário de Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzucchelli.

O secretário de Mato Grosso, Antônio Eugênio Belluca, concordou com a criação do fundo proposto no Emendão, a partir de transferências de recursos federais previstas na Constituição, do PIS-Pasep e de parte da receita do ICMS. a partir e manifestou opinião de que, no final, os estados acabarão renegociando suas dívidas com a União por regiões. "Os problemas das regiões são parecidos e isso facilitaria um acordo", sustentou.

No final da reunião, os secretários decidiram fazer nos próximos dias uma contraproposta ao Ministério da Econo-

mia. Eles querem pagar as dívidas no prazo mínimo de 30 anos e com juros de no máximo 5% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR). O governo propõe 20 anos e juros de 6% ao ano, mais a TR. Os estados querem uma carência de dois anos para fazer seu ajuste financeiro, mas o ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira, sugere seis meses.

Os secretários do Norte e Centro-Oeste estiveram com o secretário de Fazenda, Luís Fernando Wellisch, e ouviram dele que, se os prazos forem esticados, a União será obrigada a reduzir seus investimentos nos estados. Os governadores devem se reunir ainda na semana que vem para torar uma posição sobre a dívida.

Entre os secretários, houve acordo apenas quanto a duas propostas do Emendão: limitação dos gastos de pessoal dos estados e municípios a 60% da arrecadação e redução dos salários dos funcionários públicos. Mas o secretário do Rio, Cibis Viana, é contra o fim da estabilidade no serviço público.